

**9. MODIFICAÇÃO CONTRATUAL - CONCURSO PÚBLICO
01CP.13.CE.VB – CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E CONCESSÃO DE
EXPLORAÇÃO DO TANATÓRIO DE BRAGA:**

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal a modificação contratual relativamente ao concurso público mencionado em epígrafe.

Relatório
Presidente da CM Braga
À reunião do
Executivo Municipal
para aprovação
4 de Julho
05 Junho 2016

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Concurso Público 01CP.13.CE.VB – Concessão, construção e concessão de exploração do Tanatório de Braga. Modificação contratual.

Considerando que em reunião do Executivo Municipal realizada em 14 de março de 2013 foi aprovada a “proposta relativa ao concurso público para “concessão, construção e concessão da exploração do tanatório de Braga” com vista à escolha e início do procedimento, bem como a aprovação do programa de procedimento e do caderno de encargos”, tendo sido, por deliberação daquele órgão tomada em reunião realizada em 4 de julho do mesmo ano, adjudicada ao consórcio denominado “Tomás de Oliveira, Empreiteiros SA e TOELTA – Gestão de Investimentos e concessões, SA” tal obra e tratando-se, agora, de uma modificação – objectiva - ao teor do contrato (cfr. informação fundamentada, prestada pelos competentes serviços técnicos), deverá a presente proposta ser submetida à apreciação do Executivo Municipal, uma vez que, tratando-se de uma alteração a um ato administrativo, será aplicável a disciplina relativa à “*revogação dos atos administrativos*”, por força do estatuído no artigo 173º, nº 1 do CPA (norma esta que, sob a epígrafe “*Alteração e substituição dos atos administrativos*”, estabelece que “*Salvo disposição especial, são aplicáveis à alteração e substituição dos atos administrativos as normas reguladoras da revogação*”). Assim, nos termos do prescrito no artigo 169º do CPA,

“Artigo 169.º

Iniciativa e competência

1 - Os atos administrativos podem ser objeto de revogação ou anulação administrativas por iniciativa dos órgãos competentes, ou a pedido dos interessados, mediante reclamação ou recurso administrativo.

2 - Salvo disposição especial e sem prejuízo do disposto nos números seguintes, são competentes para a revogação dos atos administrativos os seus autores e os respetivos

superiores hierárquicos, desde que não se trate de ato da competência exclusiva do subalterno.

3 - Os atos administrativos podem ser objeto de anulação administrativa pelo órgão que os praticou e pelo respetivo superior hierárquico.


4 - Enquanto vigorar a delegação ou subdelegação, os atos administrativos praticados por delegação ou subdelegação de poderes podem ser objeto de revogação ou de anulação administrativa pelo órgão delegante ou subdelegante, bem como pelo delegado ou subdelegado.

5 - Nos casos expressamente permitidos por lei, os atos administrativos praticados por órgãos sujeitos a superintendência ou tutela administrativa podem ser objeto de revogação ou de anulação administrativa pelos órgãos com poderes de superintendência ou tutela.

6 - Os atos administrativos praticados por órgão incompetente podem ser objeto de revogação ou de anulação administrativa pelo órgão competente para a sua prática." (sublinhado nosso),

daqui resultando, assim, atento o teor das normas vindas de referir, que será o Executivo Municipal o órgão competente para aprovar tal alteração.

A Jurista,



(9.3.2016)

Despacho: O Vice-Presidente,

Autorizo e aprovo.


 (Dr. Firmino José Rodrigues Marques)

15 / Jan / 2016

Proposta n.º 01CP.13.CE.VB – 1.º Adicional

Data: 14/01/2015

Concessão: CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO TANATÓRIO DE BRAGA

Referência: 01CP.13.CE.VB

Concessionário: TOMÁS DE OLIVEIRA, EMPREITEIROS, SA, E TOELTA – GESTÃO DE INVESTIMENTOS E CONCESSÕES, SA, EM CONSÓRCIO

Assunto: Modificação objetiva do contrato – equilíbrio financeiro da concessão garantido. Justificação, fundamentação e aprovação.

1.º ADICIONAL		
Código dos Contratos Públicos (CCP)	- Artigo 311.º, n.º 1, al. a) - Artigo 312.º, al. b) - Artigo 313.º - Artigo 314.º - Artigo 315.º	Valor do Investimento - VI (€)
VI inicial	Valor do investimento inicial (€):	1.002.000,00
B/2. a), b), c) e d)	Balanço dos trabalhos a reduzir e a executar de acordo com os trabalhos: - Preço dos trabalhos a modificar: equilíbrio financeiro garantido – valor do balanço efetuado: €151.665,71	0,00
VI final	Valor do Investimento final após balanço (€):	1.002.000,00

A - Justificação da modificação objetiva do contrato:

1. No âmbito da empreitada supra e após consignação da mesma, por acordo entre as partes, entende-se que o contrato seja alterado/modificado no capítulo correspondente à Construção Civil, conforme documentos e pareceres técnicos em anexo (I/7/DOM – DFGE/2014, I/14/DOM – DFGE/2014, I/14/DOM – DFGE/2014/1, I/152/DOM – DFGE/2014, nos termos previstos no artigo 311.º/1/a do CCP.
2. O Concessionário compromete-se a dar cumprimento ao inserto na comunicação ref. Of.º n.º S/1116/DMOSM/2015, datada de 22/12/2015, em



anexo, em prazo compatível com o planeamento proposto para a execução da obra.

B - Identificação dos trabalhos a modificar e respetiva fundamentação:

3. Assim, descreve-se adiante as alterações propostas (ver em anexo desenhos de arquitetura):
 - a) Eliminação do acesso independente ao Tanatório e parque de estacionamento de 5 lugares e coexistência/compatibilização da entrada principal do cemitério municipal; esta alteração é determinada pela não confirmação de titularidade dos terrenos onde o acesso foi projetado, bem como, por uma melhor forma de realizar o interesse público.
 - b) Como contrapartidas será ampliada a área envolvente do Tanatório na zona sul até aos limites dos terrenos confirmados como sendo da titularidade do Município, conforme planta anexa, a uma cota inferior, através da construção de muros de suporte de terras, a qual terá como utilização um jardim de memória ou outra função acordar com o Município, solucionando ainda uma zona de difícil acesso propícia à acumulação de lixo;
 - c) Iluminação da alameda principal desde a entrada principal até à igreja;
 - d) Ampliação do edifício a construir e relativo às instalações sanitárias e serviços de apoio aos funcionários, bem como, a sua deslocalização para zona que se considera como sendo arquitetonicamente e logisticamente mais vantajosa, por proposta do atual gestor do cemitério e do interesse do Concessionário.
4. Fundamentos, artigo 312.º/b: a situação de facto que determinou o contraente público a introduzir alterações no objeto do contrato, tais como a eliminação do acesso independente ao Tanatório, parque de estacionamento de 5 lugares, coexistência/compatibilização da entrada principal do cemitério municipal e demais contrapartidas atrás anunciadas, foram determinadas pela não confirmação de titularidade de parte dos terrenos onde o acesso foi projetado, bem como, pela melhor forma que se entendeu de realizar o interesse público subjacente ao contrato.
5. Após o balanço dos trabalhos a reduzir e contrapartidas a executar, atrás anunciadas e acordadas por ambas as partes conforme documentação anexa, decorrentes de necessidades novas e de uma nova ponderação das circunstâncias existentes, conforme previsto no artigo 312.º/b do CCP, foi garantido o equilíbrio financeiro do contrato pelo que não haverá lugar às consequências legais plasmadas no artigo 314.º do CCP.

C - Aprovação dos trabalhos a modificar e formalização por escrito:

6. Caso os mesmos sejam autorizados e aprovados pelo Concedente, ordenar-se-á o Concessionário para que proceda à execução dos trabalhos a modificar e aqui identificados, propondo-se ainda o seguinte:





BRAGA
MUNICÍPIO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS (DMOSM/DMOP)

- 6.1. Definidos todos os termos e condições a que deve obedecer a execução dos trabalhos a modificar, proceder à respetiva formalização por escrito, pelo que deverão ser outorgados por ambas as partes (artigo 311.º/1/a, do CCP).
- 6.2. Tendo sido garantido o equilíbrio financeiro a modificação não conduz à alteração das prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato, não havendo lugar a qualquer reposição financeira.

Luís Almeida
(Fiscalização)